

Góis Monteiro e a política do exército¹

Sergio Murillo Pinto

Resumo:

Instrumento de força da soberania nacional, o Exército é um órgão essencialmente político. O militar não pode, porém, envolver-se com política partidária. Deve-se fazer a política *do* Exército e não a política *no* Exército. A política do Exército é a preparação para guerra, que envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional.² Essas ideias constituem parte da essência do pensamento político do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro (1889-1956), que, especialmente durante a década de 1930, formulou uma verdadeira doutrina de segurança nacional, a “doutrina Góis”, que considerei, em outro trabalho,³ uma síntese do pensamento militar no Estado Novo.

Palavras-chave: Góis Monteiro; Doutrina Góis; Estado Novo.

Abstract:

Instrument of strength of the national sovereignty, the Army is an organ essentially political. The military cannot, however, become involved with partisan politics. It is the policy making of the Army and not politics in the Army. The policy of the Army is the preparing for war, which involves all the events and activities of national life. These ideas constitute part of the essence of the political thought of General Pedro Aurelio de Góis Monteiro (1889-1956), who, especially during the 1930s, formulated a true doctrine of national security, the "Gois doctrine", which I considered, in another work a synthesis of military thinking at the Estado Novo.

Keywords: *Gois, Doctrine Gois, Estado Novo.*

O conceito de segurança nacional, como o conhecemos, foi elaborado progressivamente, a partir do final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando

¹ A referência básica para este texto é PINTO, Sergio Murillo. *Exército e política: um século de pensamento e ação rumo à intervenção centralizada (1831-1937)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. Assim sendo, não serão feitas novas menções a ela, ao longo do trabalho.

² MONTEIRO, Gal. Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, s.d., p. 124, 125, 133, 134, 138, 163.

³ PINTO, Sergio Murillo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

surgiu a concepção de Guerra Total.⁴ O projeto nacional do general Góis inspirava-se nessa concepção e as condições históricas, nos campos nacional e internacional, contribuíram substancialmente para que se tornasse hegemônico. A partir da constatação do atraso do país e da falência da democracia liberal, tratava-se de tornar as Forças Armadas tão fortes quanto possível para apoiar um governo forte, capaz de realizar as transformações necessárias.

Intervenções militares na vida política do país, com características diversas, ocorreram desde o pronunciamento de 7 de abril de 1831, de que resultou a abdicação do primeiro imperador. O Exército Brasileiro, entretanto, ainda não concluía o processo de nacionalização e sua identidade corporativa apenas começava a ser construída. A despeito de esforços como as medidas adotadas pelo “gabinete saquarema”,⁵ durante o chamado apogeu do Império, essa identidade só veio a ser mais substancialmente fortalecida com a Guerra do Paraguai (1864-1870).

O Exército, a julgar pelas manifestações perceptíveis, adquiriu, no pós-guerra, uma nova consciência de sua importância. O tratamento que lhe foi então dispensado pelos dirigentes políticos do Império fez crescer antigos ressentimentos e a solidariedade interna. Esses e outros fatores, como o recrudescimento da campanha abolicionista, levaram parte da oficialidade a uma participação mais ostensiva no debate político. Temas de interesse nacional, como abolição e imigração – ambos relacionados à questão do recrutamento militar –, proteção à indústria e melhoria das vias de comunicação, além das reivindicações especificamente militares, eram discutidos em jornais militares.⁶

Embora limitado a uma minoria politicamente mais ativa, esse debate revelava que alguns oficiais tornavam-se conscientes de suas responsabilidades políticas e mesmo de seu poder de intervenção. A Escola Militar da Praia Vermelha era o celeiro de onde provinha a maioria jovem dessa oficialidade crítica, cuja atuação, em uma sociedade rural e escravista, exerceu forte influência “modernizadora”, decisiva para a

⁴ A concepção de “Guerra Total”, desenvolvida pelo general alemão Erich Ludendorff, apoia-se na coesão do povo e na ideia de que a guerra não se restringe às forças armadas, mas envolve integralmente a população e os recursos materiais do país; a política deve, pois, servir à guerra.

⁵ Sobre a “liderança Saquarema”, ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1990.

⁶ Sobre essas questões, ver SCHULZ, John. *O exército na política*. São Paulo: Editora da USP, 1994.

queda do Império.⁷ A identidade social dessa “mocidade militar” baseava-se na valorização do mérito e na mentalidade “cientificista” – mistura eclética de ideias oriundas do pensamento europeu do século XIX, especialmente o positivismo e o evolucionismo. Era necessário acelerar o progresso, orientado pela ciência, para integrar o país ao mundo civilizado.

A “mocidade militar” acreditava constituir uma elite do Exército e do país, por seus méritos intelectuais e morais, e partilhava, com os chefes e oficiais mais atuantes, a crença de que os políticos eram essencialmente imorais e corruptos, enquanto os militares eram moralmente sadios e patriotas. Ela acolheu a ideia republicana e impulsionou o movimento entre a oficialidade, utilizando-se da chamada Questão Militar para intensificar sua ação política.

É comum dividir a oficialidade do Exército no pós-guerra em “científicos” e “tarimbeiros”. Esses, mais ligados à tropa e às questões especificamente militares; aqueles, adeptos da ideia do soldado-cidadão, politicamente atuante. Os dois grupos tinham em comum os interesses corporativos. Embora esquemática, a divisão é útil, pois, do ponto de vista da relação de forças políticas, enquanto os “tarimbeiros” atuantes não ultrapassaram o momento econômico-corporativo, os “científicos” avançaram e reivindicaram reformas no Estado, em geral modernizadoras e progressistas, mas que visavam, antes de tudo, à “purificação” da política e deveriam ser empreendidas dentro da ordem vigente, sem chegarem a constituir um projeto político para o país.⁸

O que uniu os dois grupos foi a existência do inimigo comum, a “classe política”. O pensamento e a ação dos oficiais politicamente atuantes revelam que o objetivo era tomar o lugar dos bacharéis no controle do Estado, para pôr em prática as reformas pela via autoritária. O golpe, consumado a 15 de novembro de 1889, foi obra de parte do Exército, embora em nome do povo. A ideia de que aos exércitos, com base na educação científica, estava reservada uma “posição central na sociedade” era cara à “mocidade militar”.⁹

O Governo Provisório adotou um centralismo rígido, com militares nomeados para a metade dos governos estaduais e muitos outros cargos públicos. O Exército –

⁷ A esse respeito, ver CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

⁸ Sobre relações de forças políticas, ver GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 43-54.

⁹ CASTRO, Celso. Op. cit., p. 140-141.

mais que a Marinha – beneficiou-se, especialmente em termos de recursos orçamentários, aumento de efetivo e de salários. Logo, porém, a luta pelo poder rompeu a união tática e restabeleceu a antiga divisão, a que se somaram outras sérias dificuldades, como a inexperiência política, a falta de um projeto para o país e a necessidade de compartilhar o poder com civis cujas prioridades eram distintas.

Promulgada a nova Constituição (1891), o curto governo de Deodoro termina em novembro do mesmo ano com sua renúncia em meio a grave crise, após dissolver o Congresso e encontrar resistência do Partido Republicano Paulista (PRP), da Armada e mesmo de parte do Exército. Assumiu Floriano, vice-presidente, que veio também a substituir Benjamin Constant, após sua morte, na liderança da oficialidade jovem e politizada. Superadas as dificuldades iniciais, Floriano apresentou ao Congresso uma lista de objetivos de governo com características nacionalistas, modernizadoras e, em alguns aspectos, até surpreendentes.

A posição central das Forças Armadas na sociedade, o nacionalismo, a preocupação com o desenvolvimento do país – em especial nos aspectos de interesse dos militares, como indústria e vias de comunicação, – a superioridade da ética militar, o reformismo autoritário, decorrente da ideia de que a sociedade deveria ser hierarquizada e disciplinada, são concepções que integram o pensamento dos militares politicamente atuantes no fim do Império e início da República. Essas concepções marcam os objetivos de governo de Floriano, consolidam-se, são reelaboradas e enriquecidas pela ação política dos militares nas novas conjunturas, constituindo um substrato que está presente nas concepções de Góis Monteiro. A poderosa oligarquia paulista, entretanto, não tinha interesse no tipo de desenvolvimento proposto por Floriano. Seu estado de saúde e a divisão das Forças Armadas o afastaram da ideia de uma tentativa de golpe para realizar as reformas pela via autoritária.

Os ideais florianistas se mantiveram vivos através do movimento jacobino, de inspiração militar. O objetivo prioritário do governo de Prudente de Moraes (1894-1898) era, porém, consolidar o poder civil, o que exigia desarticular a estrutura criada pelos governos militares. Assim, uma vez que muitas medidas adotadas pelo governo feriam dogmas do seu ideário, a oposição jacobina tornou-se cada vez mais agressiva, ocorrendo manifestações, rebeliões na Escola Militar e até mesmo um atentado contra o presidente da República, em que morreu o ministro da Guerra.

A participação de numerosos oficiais na conspiração que produziu o atentado atingiu o prestígio do Exército. O jacobinismo refluíu e uma parcela significativa da oficialidade, sentindo-se desgastada pela agitação política, passou a apoiar o governo. Desfez-se, assim, a coesão que se estabelecera sob a liderança de Floriano. O governo adotou então a prática de utilizar as promoções e outras formas de gratificação para estimular o afastamento da política e incentivar os chefes a manterem a tropa sob controle. Bem sucedida, essa prática gerou crescente insatisfação entre a oficialidade mais jovem e, progressivamente, aprofundou a nova divisão.

Atingido o objetivo de consolidação do poder civil, tem início o período de hegemonia das oligarquias agrárias lideradas pelos cafeicultores paulistas, cuja política estava vinculada ao coronelismo. Sob o federalismo da nova Carta, a antiga tendência à militarização do poder regional levou os estados a fortalecerem suas forças policiais. O ciclo de intervenções militares na política relacionadas à emergência da República encerra-se com a chamada Revolta da Vacina (1904), de que decorreu o fechamento da Escola da Praia Vermelha, reduto da “mocidade militar”.

A partir de então, no Exército, tornou-se predominante o profissionalismo, tanto pelas razões mencionadas como pelas iniciativas do marechal Hermes da Fonseca e do barão do Rio Branco nesse sentido. Embora deva-se distinguir suas intenções das realizações efetivas, a atuação de Hermes como ministro da Guerra, no governo Afonso Pena (1906-1909), teve méritos inegáveis. Sua candidatura à presidência da República, entretanto, revigorou o envolvimento dos militares com a política. Sob sua liderança convergiram os dois grupos em que se dividira a oficialidade, com a decisiva contribuição da violenta campanha civilista de seu adversário, Rui Barbosa.

Uma vez eleito e iniciado o mandato (1910), porém, logo se desfez a união tática entre os dois grupos. Militares próximos ao presidente passaram a intervir na política de vários estados, com o propósito de “salvá-los” das oligarquias regionais dominantes, em proveito próprio ou de grupos dissidentes a que estavam ligados. A agitação política, particularmente em estados do Nordeste, tornou-se grave e a crise estendeu-se ao Exército. Ao final do mandato, o prestígio conquistado pelo marechal havia se transformado em grande impopularidade.

O envio de oficiais para estagiar no exército alemão contou com o apoio de Hermes, ainda ministro, mas a iniciativa foi de Rio Branco. Componentes da última e

mais numerosa turma desenvolveram, ao regressar, um sério e persistente trabalho de divulgação dos conhecimentos e ideias que trouxeram. Essa divulgação ampliou-se quando conseguiram publicar a revista *A Defesa Nacional*, que revela, já no seu primeiro número, as concepções defendidas pelo grupo.¹⁰

Para eles, uma sociedade em formação, como a brasileira à época, tinha como única força organizada o Exército, o que tornava necessária, em dados momentos, sua intervenção, tendo em vista a transformação política ou a estabilização social. O Exército precisava estar aparelhado para isso, como também para a função educativa e organizadora que lhe cabia nesse tipo de sociedade. Esse papel central, portanto, envolvia o Exército com uma dimensão maior da política, mas não com a política partidária, ou “politicagem”.

Ironicamente apelidados de “jovens turcos”, em alusão aos reformadores do Império Otomano, esses jovens oficiais defendiam a indústria nacional – em particular a siderurgia – e o transporte ferroviário, pela relevância estratégica para a defesa nacional. Suas críticas mais veementes eram dirigidas ao bacharelismo, mas também combatiam vigorosamente a militarização do poder estadual, à qual o Exército era historicamente antagônico, e a Guarda Nacional, embora já muito decadente.

As concepções dos “jovens turcos”, como se vê, contêm elementos do pensamento militar da época, também presentes nos objetivos de governo de Floriano. Foram, porém, marcadas pelo clima de guerra que se instalara na Europa, que acentuou a preocupação com a defesa nacional. Brasileiros, analisavam o país a partir de suas referências culturais de origem, sob a influência da conjuntura política europeia e, mais especificamente, do exército alemão que admiravam e, por extensão, da nação germânica. Criticavam severamente, portanto, o Exército Brasileiro, não apenas pelas deficiências materiais, realçadas pela guerra, mas pela qualidade do soldado, problema cuja solução estava vinculada ao cumprimento da nova lei do serviço militar. A influência de suas ideias sobre o pensamento de Góis Monteiro é significativa.

Assim, a tarefa de renovar o Exército era de grandes proporções e a maior responsabilidade cabia aos tenentes, por serem os instrutores da tropa e, devido à lentidão das promoções, constituírem então a maioria da oficialidade. Provavelmente

¹⁰ A referência sobre os “jovens turcos” neste trabalho é CAPELLA, Leila. *As malhas de aço do tecido social: a revista A Defesa Nacional e o serviço militar obrigatório*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

decorria de sua ânsia de renovação a insistência com que se referiam à própria juventude como um valor, associado ao futuro e à modernidade.

O clima de agitação e reivindicações decorrente da emergência da “questão social”, com apoio da juventude acadêmica, assim como uma revolta de sargentos, frustrada pela ação do governo, criaram condições para uma aproximação entre militares e segmentos da classe dominante, cujo objetivo comum era a adoção do serviço militar obrigatório. Para os oficiais, o sorteio militar seria o ponto de partida para a solução de sérios problemas do Exército, o que compensava o constrangimento de uma aliança com os principais alvos de suas críticas; para esses novos parceiros, seria a viabilidade do projeto de “construção da nação” com controle social. A formalização da aliança se deu com a criação da Liga de Defesa Nacional.

O rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha, a declaração de guerra e, por fim, a derrota alemã contribuíram para a contratação de uma missão militar francesa de instrução para o Exército, assim como para o declínio da influência dos “jovens turcos”. Seu trabalho pela profissionalização e a difusão de suas ideias, contudo, frutificaram e se fizeram sentir nos anos subsequentes.

Com o fim da guerra, um novo contexto histórico se delineia. O panorama internacional tinha como principal característica a instabilidade e não alimentava expectativas de paz duradoura. No Brasil, a instabilidade política também se manifesta, revelando a emergência e progressivo crescimento, ao longo da década de 1920, de uma ampla crise, caracterizada por marcante participação militar.

Assumiu a pasta da Guerra em 1919 um civil, Pandiá Calógeras, considerado um conhecedor dos problemas militares. Além de dar continuidade a iniciativas importantes, como a vinda da Missão Militar Francesa e a aplicação da lei do serviço militar, sua gestão foi rica em realizações que, todavia, não foram suficientes para superar o clima de descontentamento de uma parcela, sobretudo jovem, da oficialidade.

O foco dos problemas era localizado na alta administração e comando. O descrédito dos chefes militares nunca fora tão grande e sua cooptação pelos políticos contribuiu para uma clivagem horizontal na hierarquia, que comprometeu a disciplina. Entretanto, o descontentamento se manifesta justamente quando a administração de Calógeras começa a apresentar resultados positivos e a Escola Militar forma uma das gerações mais politizadas e rebeldes do Exército quando o ensino atinge o máximo da

militarização. A incoerência é apenas aparente, pois indica que a insatisfação havia ultrapassado o nível estritamente organizacional e atingia a situação do país e a condução da política. Quando, portanto, aos problemas do Exército se sobrepõe a crise econômica, política, social e cultural que começa a aflorar, atinge-se o contexto em que se origina o Tenentismo.

Os “tenentes” foram herdeiros do intervencionismo que teve origem na “mocidade militar” e continuidade com os jacobinos. O antigo descontentamento em relação à “classe política” foi o substrato comum das várias ordens de ressentimentos acumulados e da insistência na regeneração moral da política. A agitação criada pela sucessão presidencial, com a adesão dos militares à Reação Republicana, foi exacerbada pela eleição de Artur Bernardes. A recusa à obediência passiva, com base na Carta de 1891, ante a evidência da impossibilidade da vitória eleitoral, levou ao “direito à revolução”.

A participação reduzida no primeiro 5 de julho, em 1922, mostrou, porém, que o Exército continuava dividido e os “revolucionários” eram minoria. A ação política, isolada, não se baseava em qualquer programa e era justificada como protesto ou decorrência do “direito à revolução”, considerado um princípio orientador pelos oficiais rebeldes. A justificação foi basicamente a mesma no segundo 5 de julho, em 1924, em consequência da ação do governo, caracterizada pela violência e por perseguições. Houve, então, a preocupação em conferir ao movimento um caráter nacional, mas a organização foi precária. Ademais, persistiu o isolamento, pois, a despeito da disposição de parte da população para colaborar, o descontentamento das camadas médias não foi explorado e o apoio de operários organizados foi recusado, enquanto a aproximação com representantes das “classes produtoras” buscava evitar um cunho popular.

Persistia, também, a clivagem horizontal, como ilustra o fato de que não houve um só general da ativa que aceitasse a direção do movimento e fosse aceito pelos rebeldes. O vago objetivo de “republicanizar a República” podia ser atingido, para alguns, pela via da ditadura. Impunha-se, para isso, ajustar a Constituição para limitar o poder do Executivo, moralizar a política e a administração pública, promover o equilíbrio orçamentário e sanear as finanças, unificar a Justiça e o regime eleitoral, tornar o voto secreto e obrigatório e reformar a instrução pública. Essas ideias inspiravam-se na crítica liberal formulada pelas oligarquias dissidentes, com que se identificaram desde a campanha da Reação Republicana.

Embora não houvesse homogeneidade de concepções entre os “tenentes”, nem uma doutrina para orientar a ação política, em geral suas preocupações não ultrapassavam o plano político-jurídico. Somente com a marcha da Coluna Prestes o processo de reelaboração de suas concepções foi acelerado. Embora tenha sido o mais longo período de ação essencialmente militar do movimento, o objetivo estratégico da marcha era político. A intensa experiência de mais de dois anos através do interior do país, seguida de um período de articulação política e conspiração, revelaram aos “tenentes” que suas possibilidades de enfrentar sozinhos o governo haviam se esgotado. Divididos em tendências políticas antagônicas, a maioria aproximou-se da Aliança Liberal, enquanto o líder Prestes aderiu ao comunismo e defendia a revolução popular.

Os mais destacados integrantes do movimento tenentista que se uniram à Aliança Liberal mantiveram-se como importantes atores políticos após a Revolução de 30, mas sua atuação, embora destacada, perdeu a autonomia e tornou-se subordinada ao grupo de Vargas. O fato de o tenente-coronel Góis Monteiro ter sido escolhido para a chefia militar em 1930 e sua impressionante trajetória ascendente no Governo Provisório demonstram que Vargas confiava em nomes como Juarez Távora e João Alberto, mas parece ter desde cedo se inclinado para Góis como perfil mais adequado para liderar o Exército.

A grave crise da economia mundial em 1929 e a depressão que se seguiu provocaram o colapso do liberalismo econômico. Em boa parte da Europa e no Japão houve uma guinada política para a direita. Os novos governos eram, em geral, de tendência nacionalista, autoritários, tendentes a favorecer os militares e as forças ou grupos de coerção e contra os movimentos dos trabalhadores – não apenas o bolchevismo –, cujo crescimento ameaçava a ordem vigente.¹¹

A importância econômica e política desse contexto não deve ser subestimada, uma vez que nos anos de 1930 e 1931 houve dez golpes militares na América Latina. O fato de a economia brasileira ter sido gravemente afetada foi decisivo para o fim da Primeira República e também criou sérias dificuldades para os primeiros anos do Governo Provisório. Quanto aos aspectos políticos, a influência externa estava em consonância com o chamado pensamento nacionalista autoritário, de presença marcante no Brasil desde os anos 1920 e principalmente depois de 1930.

¹¹ Ver HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, caps. 3 e 4.

A situação do Exército, como a do país, era de grande instabilidade. Em decorrência do movimento de 30, novos problemas acentuaram a divisão e o comprometimento da hierarquia e da disciplina, que já eram sérios no início da década de 1920 e foram agravados pelo Tenentismo. Para ter um aliado confiável que controlasse esse Exército, Vargas promoveu Góis a coronel em março de 1931, a general-de-brigada cerca de dois meses depois, a general-de-divisão – então o posto mais alto da carreira – em outubro de 1932 e o nomeou ministro da Guerra ao início de 1934. Góis reclamava das promoções, mas falava e agia como chefe.

No começo do Governo Provisório, a correlação de forças não assegurava a Vargas autonomia suficiente para impor um projeto político, mas suas linhas mestras – nacionalista, centralizador, autoritário, corporativista – estavam delineadas e medidas importantes foram adotadas logo nos primeiros meses, como a dissolução do Legislativo em todos os níveis, a substituição dos governadores estaduais – com uma exceção – por interventores federais, a limitação da autonomia dos estados, inclusive no que dizia respeito às polícias militares, e o processo de centralização da política cafeeira.

O núcleo do poder era constituído por Vargas, Osvaldo Aranha e Góis. Na área militar, Góis participou das iniciativas políticas mais relevantes, desde o “pacto revolucionário” de dezembro de 1930, que consistia em assegurar a continuidade da ditadura com Vargas, apoiado e defendido pela força armada que, para isso, deveria ser controlada pela oficialidade revolucionária. Meses mais tarde, em uma proclamação, fez severa crítica ao Exército em termos de material, tropa e chefes, e reafirma que o governo disporá da força armada para abrir o caminho do futuro.

Após a chamada “Revolução Constitucionalista”, o Governo Provisório entra em uma fase em que as atenções estavam voltadas para eleições e elaboração de uma nova Constituição, com redução considerável da instabilidade política. A guerra civil, por outro lado, aumentou a dependência entre Governo e Forças Armadas. A fragilidade institucional fazia com que a estabilidade do Governo continuasse a depender do apoio militar, mas esse apoio mostrava-se limitado pelas graves deficiências que ficaram expostas. Era, pois, necessário fortalecer as Forças Armadas, o que implicava não apenas atender às carências materiais, mas restabelecer a hierarquia e a disciplina, para avançar em busca da indispensável coesão.

A “guerra paulista” mostrara que as críticas de Góis em relação ao Exército eram, em geral, procedentes. As punições aos envolvidos aceleraram o processo de homogeneização da cúpula e ele desponta, agora mais claramente, como a principal liderança militar do governo de Vargas. Ainda durante as operações, os manifestos à nação divulgados por Vargas e as “memórias” que Góis lhe enviou revelam as identidades entre suas visões sobre o papel do Exército. O princípio da dependência mútua entre Governo e Forças Armadas – com a Marinha em plano secundário – é enfatizado e pode ser resumido como *Exército forte para um governo forte*.

À Assembleia Nacional Constituinte (1933-1934) competia elaborar a nova Carta, julgar os atos do Governo Provisório e eleger o presidente da República. Durante a elaboração do anteprojeto o capítulo referente à defesa nacional coube a Góis, que também procurou influir nos trabalhos da Assembleia. Insatisfeito com o resultado, afirmou que a burguesia seria obrigada a ceder, “em face de argumentos mais poderosos”. A Constituição, entretanto, na área militar, traz clara influência de suas ideias. A destinação das Forças Armadas inclui, pela primeira vez, a garantia da ordem.

Como na bancada majoritária da Constituinte prevaleciam as oligarquias dos grandes estados, a Carta resultou mais identificada com o interesse dessas oligarquias que com o centralismo defendido pelo Governo, em um momento em que o liberalismo estava em colapso em boa parte do mundo. O texto não fazia, portanto, antever um período de estabilidade. Assim como Góis, Vargas criticou-a, considerando-a um entrave para a tarefa de governar. A Revolução de 30 não havia, pois, conseguido desarticular o arcabouço institucional da Primeira República.

O período que antecedeu a eleição de Vargas trouxe um indesejável envolvimento do Exército com a tão criticada “politicagem”. A origem do problema foi o lançamento, principalmente por militares, inclusive generais, da candidatura de Góis. Não está claro até que ponto ele assumiu essa candidatura, mas houve reação de outros generais, o que dividiu o Exército a partir da cúpula. Como Góis fora nomeado ministro da Guerra e desfrutava de prestígio, a candidatura teve grande repercussão na imprensa e reeditou o clima de agitação, causando preocupação a Vargas. Uma vez eleito, Vargas manteve Góis como ministro, demonstrando que, a despeito dos problemas, ainda era o general em quem mais confiava e com quem mais se identificava.

Considerado por seus contemporâneos um homem inteligente, informado e militar competente, Góis sintetizou as múltiplas influências de seu tempo e formulou um conjunto orgânico de ideias para orientar a ação política, que transforma o planejamento estratégico do país em uma doutrina centrada na organização militar. Seus atributos pessoais e o fato de haver mudado várias vezes, por razões conjunturais, o rumo de sua ação política permitem afirmar que suas concepções foram continuamente reelaboradas.

Aluno da Escola de Guerra de Porto Alegre, o período de formação no Rio Grande do Sul foi significativo primeiramente porque Góis e Dutra foram contemporâneos na Escola; ademais, ambos integraram um grupo acadêmico de tendência castilhistas, de que fazia parte Getúlio Vargas. Era grande, entre essa juventude, a influência de um positivismo adaptado, em cujos traços principais pode-se destacar o centralismo autoritário com base na ordem e um Legislativo com poderes limitados. Góis não valorizava a relevância dessa influência positivista, mas ela marcou a política rio-grandense durante a Primeira República e ele admitia a grande importância da cultura do estado na sua formação, por ter passado lá, já oficial, a maior parte do período inicial de sua carreira.

Reconhecia, por outro lado, ser admirador do Exército alemão. Os conhecimentos divulgados pelos “jovens turcos”, principalmente através da revista *A Defesa Nacional*, lhe causaram forte impressão, como se pode constatar também pela impressionante analogia entre suas ideias sobre preparação para a guerra e as concepções do general alemão Erich Ludendorff. A necessidade de afastar o Exército da “politicagem” e o reconhecimento de seu papel de destaque na “grande política”, ditada pelo interesse nacional, estão presentes no pensamento de Góis, cujo legalismo tinha essa marca. Um texto não publicado de quando, ainda capitão, era considerado legalista, já antecipava sua formulação sobre a política do Exército.¹²

O pensamento nacionalista autoritário chegou a Góis através de Alberto Torres. A “consciência do atraso”, a crítica da Carta de 1891, a necessidade de um governo forte, que mantenha a ordem, não reconheça classes, combata o individualismo e imponha disciplina à sociedade são destaques em sua obra, que influenciou outro representante dessa vertente de pensamento, Oliveira Viana. Entre seus temas favoritos,

¹² MONTEIRO, Góis. *O Destacamento Mariante no Paraná Ocidental*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Arquivo Góis Monteiro, 1925, mimeog.

a defesa da centralização política, o predomínio do interesse coletivo, a crítica ao individualismo e ao bacharelismo, a aversão ao conflito, a manutenção da paz social e a educação cívica do povo, que têm afinidades com o pensamento de Góis.

Alguns aspectos do pensamento de Góis tem particular importância para a compreensão de sua visão de mundo e, portanto, de sua ação política.¹³ Assim, considera que a vida é luta e a guerra, portanto, é natural. No mundo contemporâneo, as nações fortes procuram resolver suas dificuldades econômicas à custa das mais fracas. A era da paz universal ainda é um mito e os países continuam a preparar-se febrilmente para a próxima guerra. A nação brasileira, hoje, não quer nem pode fazer a guerra, mas poderá ser forçada a fazê-la. Essa eventualidade obriga a contar com uma mobilização nacional praticável.

Para Góis, as nações são constituídas pela massa anônima e seus condutores; serão inúteis as tentativas dos homens no sentido de mudar esse destino fatal. A massa, todavia, na luta pela vida, nem sempre apresenta características desejáveis de vigor racial, mentalidade uniforme, comunhão de interesses e compreensão da necessidade de organizar o trabalho e os meios de defesa. A mobilização nacional, portanto, segundo a concepção de “guerra total” defendida por Góis, deve envolver, além dos recursos materiais de toda ordem, a preparação do homem, que inclui a educação moral, física e cívica, além da formação de uma mentalidade coletiva que sobreponha o interesse nacional ao individualismo.

Sua visão hierarquizada da sociedade não impede, todavia, que, por defender a educação pelo exemplo, dirija algumas de suas críticas mais contundentes à burguesia nacional e, no Exército, aos chefes. Considera os sargentos “auxiliares admiráveis” e o soldado “matéria prima excelente”, mas, coerentemente com suas ideias sociais, afirma que o humilde trabalhador e o humilde soldado precisam de amparo.

Entende Góis que a burguesia engendrou a crise mundial, mas vem, em vários países, dando mostras de inteligência em busca de soluções, vencendo preconceitos e abrindo espaços para uma participação mais efetiva do Estado em vários campos de atividade. A burguesia brasileira, porém, insiste em não abrir mão de privilégios em benefício da nação e persiste, a despeito da comprovada falência do regime, na intenção de reproduzir seus erros, que causaram os males cuja origem é a democracia liberal. A

¹³ A síntese que se segue foi extraída de *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*.

Militares e Política, n.º 5 (jul.-dez. 2009), pp. 82-101.

eleição direta no Brasil é uma farsa; o federalismo sobrepôs os interesses regionais aos nacionais; os partidos organizados para atender a interesses de grupos enfraqueceram o Estado.

A história ensina, segundo Góis, que nenhum povo pode superar as dificuldades internas e se fortalecer senão pelo nacionalismo. Superada essa etapa, tem necessidade de expandir-se e torna-se imperialista. Para pôr em prática o nacionalismo, o Estado precisa de poder para regular a vida coletiva e disciplinar a nação. No caso brasileiro, era preciso aumentar progressivamente esse poder, sendo admissível, como transição, o partido único, nacional. Como o país ainda não se havia organizado nacionalmente e Góis entendia que as Forças Armadas eram as únicas instituições nacionais, só à sombra delas a organização nacional poderia concretizar-se. Deveriam elas, portanto, tornar-se tão fortes quanto possível, para apoiar governos fortes, capazes reestruturar a vida nacional.

Entretanto, à medida que as Forças Armadas, pela aplicação dessas convicções, ganham força e coesão, sentem-se em condições de atuar com maior autonomia e a relação de dependência mútua tende a desequilibrar-se, pois a sustentação do governo passa a ter como contrapartida a imposição da política militar. Uma vez que essa política é a preparação para a guerra, que envolve todos os campos da vida nacional, a influência militar sobre o Estado tende a crescer, como ocorreu no Estado Novo.

A Revolução de 30 não havia até então, para Góis, produzido a maior parte dos resultados esperados, como a eliminação das causas dos problemas nacionais e a reestruturação do Exército. Uma vez convocada a Constituinte, só restava aguardar a conclusão dos trabalhos. Entretanto, o vulto da tarefa a realizar não era motivo para desânimo, pois, nas suas palavras, sempre se fala com mais clareza e calor, com mais razão e proveito, quando se dispõe de baionetas para assegurar o direito que se reclama. Ameaças desse tipo eram recorrentes nas numerosas ocasiões em que Góis se manifestava publicamente.

A reestruturação do Exército era uma das maiores preocupações de Góis, que considerava material, tropa e chefe como os “fatores decisivos”. Com relação ao primeiro, sua prioridade era a indústria bélica, embora também mencionasse carências de equipamento e casernas. A qualidade da tropa era um problema nacional, pois em sua opinião não podia haver Exército disciplinado em nação indisciplinada e o meio mais

racional para disciplinar o povo seria utilizar os princípios da organização militar. Quanto aos chefes, propunha a adoção de medidas radicais de saneamento. Para o oficialato em geral e os sargentos, rigorosa seleção para ingresso na carreira e promoções. Uma justiça militar severa e rápida deveria ser criada para viabilizar o emprego de tais medidas, cabendo ao Exército resolver essas questões, sem intromissões externas.

Ao ser convidado por Vargas para assumir o cargo de ministro da Guerra, ao início de 1934, Góis enviou-lhe uma carta, contendo subsídios para realizar uma reforma substancial no Exército.¹⁴ O objetivo certamente foi comprometer Vargas com sua proposta, pois as ideias apresentadas são, em grande parte, reafirmações de seu pensamento já divulgado em textos anteriores. O mais importante, dessa vez, é o fato de que não se trata de mais uma exposição de ideias, mas de uma proposta de política de Estado, antecedida por uma crítica contundente ao Governo Provisório.

Na parte propositiva do documento, ao abordar a política da guerra, Góis trata da organização nacional, do trabalho, da produção, das comunicações e de questões sociais. Por fim, reafirma que a Constituinte produzirá uma Carta nos moldes da de 1891 e restarão as Forças Armadas, que devem permanecer atentas. O Exército moderno é o instrumento de ação política de que a nação dispõe para resolver as questões do interesse dela, “quando falham outros recursos ou quando convém empregar a violência justificada, como medida extrema e salvadora (...)”.

Poucos dias depois, ao tomar conhecimento de sua nomeação, Góis envia a Vargas outra carta, com um documento anexo que contém suas propostas específicas para o Exército.¹⁵ Na carta, salienta que só será possível assumir as responsabilidades do cargo se houver garantia do governo para o atendimento das necessidades inadiáveis. Reivindica, preliminarmente, que o governo conceda poder discricionário ao Exército para resolver seus problemas fundamentais. Após a solução das questões mais urgentes, a reorganização deverá obedecer a um plano a ser concretizado em sete anos. A maior parte do conteúdo apenas esclarece e detalha aspectos já focalizados, mas entre as afirmações mais significativas ao menos duas merecem destaque: a de que as instituições do Estado e a liberdade individual não podem subsistir quando prejudicarem

¹⁴ Carta de Góis a Vargas, de 04/01/34, com anexo intitulado Política da Guerra. Arquivo Nacional – Arquivo Góis Monteiro.

¹⁵ Carta de Góis a Vargas, de 18/01/34, com anexo intitulado Problemas do Exército, classificado “confidencial”. Arquivo Nacional – Arquivo Góis Monteiro.

a defesa nacional e a de que é necessário dirigir a educação e a imprensa para formar a mentalidade que vai disciplinar as gerações subsequentes.

Góis afirma, nesse documento, que as medidas mais urgentes requerem novas leis ou alteração das existentes. De fato, ao assumir o cargo de ministro, imprime grande rapidez ao trabalho de reestruturação do Exército e, como resultado, antes do final do Governo Provisório haviam sido sancionadas várias dessas leis e Góis tentara encaminhar outras questões relevantes, como a do material bélico, opinando pela fabricação no país e considerando a possibilidade de dotar o Brasil de uma usina siderúrgica. Sua gestão, em resumo, foi dinâmica e coerente com a doutrina que defendia com insistência.

A despeito dos problemas criados pelo lançamento da candidatura de Góis à presidência, que levaram Vargas inclusive a duvidar de sua lealdade e a conspirar com outros generais, o presidente, uma vez eleito pelo Congresso, confirmou-o no cargo. O saldo para o Exército, porém, havia sido divisão e desgaste, desta vez a partir da cúpula. A agitação política decorrente da volta à normalidade constitucional no novo governo e o envolvimento de Góis, devido a seu temperamento político, contribuíram para agravar o quadro. A exemplo do que ocorrera durante o chamado “caso de São Paulo”, que antecedeu a “revolução” de 32, Góis parece perder o controle da situação em meio à crise que se instala e, desgastado, demite-se em maio de 1935.

Góis permaneceu afastado nos meses seguintes, enquanto Vargas, demonstrando sensibilidade política, promovia a rápida ascensão de Dutra, um general de perfil discreto e bom administrador, que havia mostrado seu valor militar em 1932. É tão recorrente como verdadeira a afirmação de que Góis e Dutra se complementavam, comprovada pelo longo período durante o qual exerceram liderança incontestável sobre o Exército.

O retorno de Góis ao primeiro plano da política começou a ocorrer a partir de uma reunião de generais, convocada pelo ministro da Guerra, para analisar a situação nacional após os levantes de novembro de 1935 e apresentar propostas ao governo, em especial sobre medidas punitivas a serem adotadas. A declaração de voto de Góis considera, *a priori*, que a nova Constituição deve ser mudada ou, ao menos, reformada, pois se mantida levará o país à ruína total. O golpe de Estado para aboli-la é considerado uma solução perigosa, mas admissível se houver certeza de consenso. A

reforma constitucional seria viável, concedendo-se ao governo, até sua conclusão, plenos poderes para enfrentar a crise.¹⁶

O voto de Góis coincide, no essencial, com a orientação adotada pelo governo no período subsequente, inclusive com a opção pelo golpe de Estado quando se obteve a “certeza do consenso”. Logo após, com o país ainda em clima de crise, Góis envia um documento a Vargas que é um esboço de projeto de implantação de um Estado autoritário.¹⁷ Depois da demonização da Carta de 1934, segue-se a do comunismo, considerado perigo iminente ao qual só o Estado forte poderá resistir. O momento não é considerado propício para tentar um golpe decisivo. Antes, será necessário revigorar o Estado, a começar pelas Forças Armadas.

O processo, na verdade, incluía a criação de um clima propício ao golpe, a obtenção do consenso e a remoção dos obstáculos. A ameaça comunista era continuamente explorada, de modo a justificar a criação e o emprego da legislação repressiva para afastar adversários e opositores. Essa prática contribuía para a concentração de poder e os expurgos que homogeneizavam a burocracia civil e as Forças Armadas, particularmente o Exército.

Vargas ainda tentou obter apoio para uma reforma constitucional que prorrogasse seu mandato, mas a oposição dos governadores de estados fortes inviabilizou essa alternativa, o que tornava o golpe de estado a única possibilidade para sua permanência no poder. O apoio militar precisava ser consolidado, o que levou Vargas, no primeiro momento, a estreitar sua aproximação com Góis, que iria ocupar-se do plano estratégico. Os principais objetivos seriam combate ao comunismo, evitar a desagregação nacional, adoção de medidas preventivas contra ameaças do Rio Grande do Sul, reformas institucionais e fortalecimento do poder militar.

Quando a execução do plano encontrou resistência no ministro da Guerra, Vargas não recuou, levou-o a demitir-se e nomeou o general Dutra. Assim, como ocorrera com Góis, a aceleração da carreira de Dutra elevou-o ao topo e ele logo imprimiu um novo ritmo às ações táticas. Quando, mais tarde, um grupo de generais se opôs às ações em andamento, Vargas prestigiou Góis, nomeando-o chefe do Estado-Maior do Exército em julho de 1937 e tirou partido da situação, acelerando a

¹⁶ O documento está reproduzido em COUTINHO, Lourival. *O general Góis depõe...* Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956, p. 307-313.

¹⁷ “Memorandum” de Góis a Vargas, de 20/12/35. Arquivo Nacional – Arquivo Góis Monteiro.

homogeneização da cúpula. Enquanto isso, Francisco Campos preparava uma nova Constituição.

A recuperação da economia fez com que um influente grupo de empresários se aproximasse do governo. Pela convergência entre sua ideologia industrialista e o pensamento autoritário, perceberam a conveniência de um Estado intervencionista, comprometido com o fortalecimento econômico do país e que assegurasse o controle dos trabalhadores. Como a adesão ou, pelo menos, o consentimento silencioso das camadas médias urbanas, dos políticos conservadores nos estados e dos militares “profissionais” precisava ser consolidado, a exploração do anticomunismo foi intensificada ao extremo, por vezes atingindo o ridículo.

Previsivelmente, quando o golpe foi consumado, não houve reação significativa. Os levantes de 35 deram origem a uma brutal repressão, que atingiu não apenas comunistas, mas igualmente opositores do regime. O Congresso, onde as vozes da oposição eram minoritárias, aprovou sucessivas prorrogações do estado de guerra e a criação do Tribunal de Segurança Nacional, de modo que os expurgos resultantes promoveram uma crescente concentração do poder.

Vargas manteve-se no governo, graças à sua reconhecida habilidade política e à aliança que construiu com os militares, especialmente com o Exército, liderado por Góis e Dutra. O primeiro foi o estrategista que concebeu o projeto político de um Estado centralizador, nacionalista e autoritário, forte o bastante para operar as transformações consideradas essenciais à nação, sustentado e tutelado pelas Forças Armadas, e formulou uma doutrina para pô-lo em prática. O segundo foi o executor da ação política que assegurou o êxito do projeto, sem deixar, aos que se opunham, condições de reagir.

A essência do que Góis chamou de “a política do Exército” é o caráter orgânico do projeto que deu origem à intervenção militar, que corresponde a uma visão mais elaborada da relação de forças políticas, em que os interesses corporativos do grupo – no caso o Exército – tornam-se os interesses de outros grupos subordinados. A ideologia do grupo se impõe e se irradia na sociedade, criando uma unidade que coloca as questões num plano universal. O Estado é concebido como um organismo próprio do grupo, destinado a criar condições favoráveis à sua máxima expansão. O

desenvolvimento e a expansão do grupo são apresentados como força motriz do desenvolvimento e expansão nacionais.¹⁸

Para que o Exército não fosse contaminado pelo conflito político, a intervenção concebida por Góis propunha a repressão dos conflitos na sociedade, uma vez que as próprias características das Forças Armadas criam, para os militares, a dificuldade em lidar com esse tipo de conflito. A repressão dos conflitos, entretanto, agrava a dificuldade em lidar com eles, o que se revela quando a prática democrática é restaurada, o que ficou evidenciado após o final do Estado Novo.

A análise da doutrina formulada por Góis revela uma mentalidade belicista, uma crença na superioridade da ética militar, na preponderância do Exército no Estado, que autoriza as intervenções, a prevalência das necessidades e interesses do Exército na sociedade e o próprio controle da vida social pelos militares. Percebe-se nessas características a marca daquele substrato presente no pensamento militar que se transformou por força da ação política ao longo da Primeira República, marcado, no entanto, pela influência decisiva do cenário internacional que emerge com a grande crise. Em 1945, o novo panorama será também decisivo para que Góis lidere outro golpe, desta vez, porém, contra Vargas, pelo fim do Estado Novo e pelo restabelecimento da democracia, embora fragilizada pelo intervencionismo que permanece.

Referências bibliográficas

- CAPELLA, Leila. *As malhas de aço do tecido social: a revista A Defesa Nacional e o serviço militar obrigatório*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- COUTINHO, Lourival. *O general Góis depõe...* Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1990.

¹⁸ GRAMSCI, Antonio. Op. cit., p. 43-63.

MONTEIRO, Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, s.d.

_____. *O Destacamento Mariante no Paraná Ocidental*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Arquivo Góis Monteiro, 1925, mimeog.

PINTO, Sergio Murillo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. *Exército e política: um século de pensamento e ação rumo à intervenção centralizada (1831-1937)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SCHULZ, John. *O exército na política*. São Paulo: Editora da USP, 1994.